



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAOIJ

Ofício Circular nº 007/2021 – CAOIJ

Recife, 06 de julho de 2021.

Excelentíssimo(a)s Senhore(a)s Promotore(a)s,

Cumprimentando-os, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude encaminha em anexo material de apoio – Orientações técnicas sobre a articulação com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A interação entre justiça e assistência é um assunto recorrente no atendimento às demandas da população em todos os recantos do país. O excesso de demandas da Justiça para a assistência social gerou o que técnicos e gestores chamam de judicialização do setor, trazendo, entre outros impactos, demandas por procedimentos que extrapolam atribuições e competências do SUAS para proteção de indivíduos e famílias, na medida em que se caracterizam como processos de responsabilização ou investigativos.

O objetivo primordial destas ORIENTAÇÕES TÉCNICAS - CAO-IJ: ARTICULAÇÃO ENTRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E OS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MPPE é promover maior interação entre estes dois segmentos de modo a viabilizar tanto a garantia dos direitos individuais em situações concretas trazidas à Justiça, quando a ampliação dos direitos coletivos, pela estruturação de equipamentos e serviços previstos na legislação de regência da Assistência Social.

Salientamos que, nos fluxos em anexo, ao clicar em cima do informativo “modelo de ofício”, haverá o redirecionamento para o respectivo expediente (editável).

Esperamos que os elementos contidos em fluxos e informações complementares possam promover maior e melhor percepção das nuances em cada estratégia e nível de complexidade do SUAS, bem como o entendimento adequado da própria linguagem técnica utilizada, facilitando o diálogo e a proposição de alternativas para os problemas detectados, tendo em vista as especificidades de cada local e o conjunto de meios para garantia da sobrevivência e do acesso aos direitos básicos de famílias e indivíduos com maiores índices de vulnerabilidade e risco social ou vítimas de violação de direitos.

No ensejo, informamos que o presente material está sendo replicado via ciranda de notícias (por e-mail).

Atenciosamente,

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOIJ-MPPE



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude -CAOPIJ

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS — CAO-IJ: ARTICULAÇÃO ENTRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E OS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MPPE

EMENTA: DA ARTICULAÇÃO ENTRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E OS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MPPE.

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, com fulcro no artigo 33, inciso II, da Lei nº 8.625/1993, no artigo 23, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 12/94, atualizada pela Lei Complementar nº 21/98 (Lei Orgânica do Ministério Público de Pernambuco), encaminha as presentes sugestões, sem caráter vinculativo, ante a necessidade de se estabelecer uma orientação geral deste Centro de Apoio Operacional para os órgãos de execução de todo o Estado acerca dos parâmetros de interação entre equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), notadamente os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), de modo a subsidiar o diálogo na relação interinstitucional com os órgãos de execução do MPPE.

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 227, *caput*, da Constituição da República, “*é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*” (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

CONSIDERANDO que a doutrina da proteção integral e prioritária, prevista no dispositivo constitucional supracitado e nos artigos 1º e 100, parágrafo único, inciso II, do **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, preconiza a proteção de crianças e adolescentes em quaisquer circunstâncias e

a todo momento do dia;

CONSIDERANDO que, conforme o artigo 13 do ECA, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais;

CONSIDERANDO que o ECA, em seu artigo 18, institui como dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor;

CONSIDERANDO que as ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social orientam-se pela Constituição Federal/88, pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993, atualizada pela Lei nº 12.345/11), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS/2012), pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS/2006), pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais/2013, pelo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS, Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e demais normativas vigentes;

CONSIDERANDO que a Assistência Social, enquanto política pública inscrita no rol da Seguridade Social, bem como a Saúde e a Previdência Social, visa, conforme o artigo 203 da Constituição Federal, ofertar proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, amparo às crianças e adolescentes carentes, promoção da integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, e a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 204, define que as ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas com base na descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, incluindo a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CONSIDERANDO que a LOAS, no artigo 6, §2º, define que o SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos Conselhos de Assistência Social (nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal) e pelas entidades e organizações de Assistência Social abrangidas na Lei; bem como determina no artigo 16 que os referidos Conselhos constituem as instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, os quais estão vinculados ao respectivo órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros;

CONSIDERANDO que a LOAS estrutura para o financiamento do SUAS a lógica do cofinanciamento, por meio de transferências automáticas entre os fundos de Assistência Social e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas 03 (três) esferas de governo (artigo 30), sendo condição para os repasses aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, a efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social, e do Plano de Assistência Social;

CONSIDERANDO que o PNAS/2004 e NOB SUAS definem que os municípios, a partir de seu porte (Pequeno Porte I, Pequeno Porte II, Médio Porte, Grande Porte, Metrópole), deve se habilitar à GESTÃO INICIAL, BÁSICA ou GESTÃO PLENA, as quais implicam na abrangência e disponibilidade das previsões do SUAS no município;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 6º – A, da LOAS, a proteção social no âmbito da Política de Assistência Social é organizada em: **Proteção Social Básica (PSB)**, que oferta serviços, programas, projetos e benefícios para fortalecer e potencializar o caráter protetivo das famílias, incidindo para a prevenção de situações de risco social; **Proteção Social Especial (PSE)**, diferenciada em Média Complexidade, que oferta serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, e Alta Complexidade, que oferta serviços de acolhimento para famílias e indivíduos afastados do seu núcleo familiar e/ou comunitário de origem; e **Vigilância Socioassistencial** como instrumento das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território;

CONSIDERANDO que a LOAS prevê a oferta do Benefício Eventual, artigo 22, enquanto modalidade de provisão de Proteção Social Básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, destinando-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais;

CONSIDERANDO que o benefício eventual deve ser regulamentado e inserido na lei orçamentária do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com as previsões das Resoluções nº 212/2006 e 39/2012 do CNAS e Decreto Federal nº 6307/2007, incluindo entre os principais itens a serem cobertos o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral, o auxílio-moradia as cestas básicas, além de outros que podem ser definidos a partir de situações de vulnerabilidades temporárias e atendimento às vítimas de calamidades públicas – destacando-se que NÃO consta entre os benefícios eventuais órteses e próteses, cadeiras de roda, muletas, óculos, medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis, os quais devem ser ofertados por meio da Política de Saúde, de acordo com as respectivas normativas;

CONSIDERANDO que as unidades que integram o SUAS, CREAS e CRAS devem atender demanda espontânea da população, não sendo critério para o atendimento que os indivíduos e famílias sejam encaminhados por outros órgãos da Rede de Atendimento;

CONSIDERANDO que o encaminhamento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, por violação de direitos, pelos órgãos do Sistema de Justiça, em cumprimento à medida protetiva de inclusão “em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente” (ECA – artigo 101, inciso IV), de “acolhimento institucional” (ECA – artigo 101, inciso VII) ou “acolhimento familiar” (ECA – artigo 101, inciso VIII), entre outros, exige da rede socioassistencial uma resposta qualificada pela inserção desses usuários no conjunto de suas proteções, detendo o órgão gestor da Política de Assistência Social e equipes técnicas de suas unidades, programas e serviços a competência para analisar e propor os encaminhamentos mais adequados às especificidades das situações identificadas na rede de serviços e suas respectivas unidades no território;

CONSIDERANDO que, no que concerne às medidas de responsabilização, previstas no ECA, compete ao SUAS a oferta do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços a Comunidade (PSC), proceder com base no Princípio da Incompletude Institucional, agindo de forma integrada aos demais serviços socioassistenciais e às políticas setoriais, que são imprescindíveis para a concretização dos objetivos das medidas socioeducativas quanto à responsabilização e à proteção social;

CONSIDERANDO que a LOAS, em seu artigo 31, atribuiu ao Ministério Público, enquanto instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, que atua no âmbito individual e coletivo, por meio de ações preventivas, punitivas e de fiscalização, bem como de fomento à estruturação e ofertas qualificadas de políticas públicas, o dever de zelar pelo cumprimento das normas definidas para o adequado funcionamento do SUAS, tendo participação fundamental na sua supervisão e consolidação;

CONSIDERANDO que a intersetorialidade e incompletude institucional são princípios da Política de Assistência Social que preveem a integração e a articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais, e a relação interinstitucional com os órgãos do Sistema de Justiça, é um eixo estruturante do SUAS, devendo ser promovida pelos órgãos gestores da Política de Assistência Social nos municípios e Distrito Federal, e tem como pressupostos: o conhecimento dos atores institucionais e dos órgãos que compõem a rede, e a preservação de suas competências e funções; a definição das atribuições e especificidades da atuação dos órgãos e instituições envolvidos; a identificação dos pontos de intersecção entre os órgãos que compõem e a rede, evitando a sobreposição e o paralelismo das ações; o estabelecimento de diálogos sobre as normativas que tratam de assuntos similares, com ênfase na horizontalidade nas relações e no diálogo;

CONSIDERANDO a instituição da Lei nº 13.431/2017 e Decreto Federal nº 9603/2018 que estruturam o Sistema de Garantias de Direitos para proteção de criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, e prevê, dentre outras, a possibilidade dos municípios instituírem o comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as

ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e o aprimoramento da integração do referido comitê;

CONSIDERANDO que, para além das atribuições e competências do SUAS para proteção de indivíduos e famílias, muitas vezes os profissionais e/ou gestores do SUAS recebem requisições de órgãos do Sistema de Justiça para a realização de procedimentos que extrapolam suas funções, na medida em que se caracterizam como processos de responsabilização ou investigativos, tais como: a) Elaboração de relatórios, estudos sociais, laudos, objetivando a realização de perícias; b) Inquirição de vítimas e acusados; c) Oitiva para fins judiciais; d) Produção de provas de acusação, por meio de vistorias, diligências, inspeções e visitas domiciliares; e) Guarda ou tutela de crianças e adolescentes de forma impositiva aos profissionais do serviço de acolhimento ou ao órgão gestor da Assistência Social, sem previsão estabelecida em lei; g) Pedidos de informação ou averiguação de denúncia de maus-tratos contra crianças e adolescentes; i) Determinação para adotar ações socioassistenciais de orientação e acompanhamento, inscrição em cadastros, inclusão em serviços e benefícios de casos específicos, sem avaliação diagnóstica inicial da rede;

CONSIDERANDO que o impacto negativo que tais demandas possam ter sobre o caráter protetivo do SUAS, quando relatórios dos profissionais das equipes de referência das unidades da Assistência Social passam a figurar como documentos de caráter investigativo e fiscalizador, utilizados para atestar veracidade dos fatos e produzir provas de acusação, extrapolando o escopo de atuação da política de Assistência Social, promovendo desvio de função dos profissionais a ela vinculados, e com graves implicações éticas e prejuízos pela quebra de confiança e/ou rompimento de vínculos entre usuários e profissionais, bem como desorganização dos serviços e comprometimento dos recursos financeiros e materiais disponíveis frente as demandas não planejadas;

CONSIDERANDO a previsão nos Cadernos de Orientações Técnicas dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais (<http://mds.gov.br/central-de-conteudo/assistencia-social/publicacoes-assistencia-social>) de feitura de relatórios de acompanhamento dos casos atendidos, sem finalidade investigativa, e distinto dos laudos periciais, com a comunicação de situações encontradas pelos serviços socioassistenciais ou notificações obrigatórias de situações de violência e ameaça a terceiros;

CONSIDERANDO que dispositivos legais como a lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), bem como o Provimento nº 36/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da

Infância e Juventude, preveem a estruturação de equipes multidisciplinares para atuação nos órgãos do Sistema de Justiça, evidenciando a necessidade de os órgãos do Sistema de Justiça possuírem em seus quadros equipes multidisciplinares, as quais devem realizar estudos psicológicos e sociais, elaborando relatórios, laudos e pareceres, a fim de subsidiar ou assessorar a autoridade judiciária;

CONSIDERANDO o Provimento nº 36/2014, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), recomenda aos juízes de direito a “atuação integrada com os órgãos de gestão das políticas de assistência social, educação e saúde, nos âmbitos municipal e estadual, especialmente no que se refere à aplicação de medidas protetivas para crianças e adolescentes e suas respectivas famílias”, e condena, expressamente, “o uso de expressões admoestadoras, a exemplo de ‘sob pena de crime de desobediência’ ou ‘prisão’” (artigo 6º, incisos I e II);

CONSIDERANDO que a atenção aos usuários no SUAS deve ter como perspectiva primordial o estabelecimento de identidades e referências, a efetivação dos direitos socioassistenciais, e a promoção do acesso aos serviços públicos, e que é competência dos serviços socioassistenciais o estabelecimento de estratégias metodológicas e instrumentais técnico-operativos, tais como acolhida, visita domiciliar, registro em prontuário, elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) para serviços de acolhimento ou para Serviço de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), relatórios técnicos sobre o acompanhamento familiar, diferenciados em uso interno e externo ao SUAS, e Relatório Técnico de Acompanhamento do Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, entre outros, definidos no âmbito do SUAS;

Segue, com arrimo no artigo 33, inciso II, da Lei nº 8.625/1993, Orientações Técnicas, sem caráter vinculativo, com o fito de colaborar com a atuação dos órgãos de execução do MPPE e suas interfaces com o SUAS, sugerir formas de atuação no âmbito de suas atribuições no campo dos direitos coletivos e individuais indisponíveis:

1 – ATUAÇÃO VOLTADA À ADEQUADA ESTRUTURAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO (DIREITOS COLETIVOS E FOMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS)

I. Diligenciar e planejar atuação para fiscalizar e provocar (se necessário) o efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social, a implantação e gestão do Fundo Municipal de Assistência Social;

- II. Diligenciar, junto aos gestores municipais do SUAS, para implantação, estruturação e qualificação das unidades e equipes dos serviços que forem envolvidas na execução das medidas de acompanhamento da criança e/ou adolescente em situação de risco e sua família, visando a garantia da oferta de acordo com o nível de gestão habilitado (inicial, básica ou plena) e porte do município, a exemplo de: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF/CRAS, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos – PAEFI/CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, etc, para oferecer apoio, orientação e acompanhamento para a prevenção e superação de situações de risco social por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais;
- III. Verificar e atuar no município, em sendo necessário, para a regulamentação por meio de decreto ou lei municipal de estruturação da oferta/aceso aos Benefícios Eventuais da Assistência Social pela população usuária;
- IV. Instaurar procedimento específico e/ou encaminhar para Promotoria de Justiça competente, notícia de irregularidade na oferta e/ou execução de serviços, programas e benefícios eventuais da Assistência Social, priorizando ações extrajudiciais e participativas, e judicializando quando esgotadas tais alternativas;
- V. Recomendar ao gestor municipal da Política de Assistência Social, quando necessário, o redimensionamento do quantitativo de equipamentos da rede socioassistencial local, levando em conta a diretriz da descentralização político-administrativa, e a prescrição da LOAS quanto ao cofinanciamento das ações pelas três esferas do governo e o aprimoramento da gestão da política devem por meio de transferências automáticas entre Fundos de Assistência Social da União, Estados e Municípios e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos.
- VI. Promover, junto ao órgão gestor da Política de Assistência Social no âmbito municipal e com conhecimento das equipes interprofissionais dos equipamentos e serviços que integram a rede socioassistencial de sua região o estabelecimento de fluxos para atenção às principais demandas identificadas pela Promotoria de Justiça, de modo a agilizar e qualificar a atenção às famílias por meio de sua função de proteção e cuidado frente a situações de vulnerabilidades sociais e violação de direitos vivenciadas (insegurança alimentar, situação de rua, abandono, encaminhamento para BPC, medida socioeducativa em meio aberto, entre outras), respeitando as competências do SUAS;
- VII. Analisar a pertinência de recomendar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente, em consonância com as previsões da Lei nº 13.431/2017 e Decreto Federal nº 9603/2018, a implantação do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com a finalidade de articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de colaborar para a definição dos fluxos de atendimento e capacitação da Rede de Atendimento municipal;

2 – NECESSÁRIA INTERAÇÃO PARA PROTEÇÃO BÁSICA E ESPECIAL DE INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL (DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS).

- I. Encaminhar, de acordo com as competências do SUAS, usuários atendidos em ações judiciais e extrajudiciais que sejam identificados com demandas previstas para intervenção no âmbito da Assistência Social, reportando-se ao gestor da referida política quando na dúvida de qual unidade ou serviço deve ser acionado;
- II. Requisitar, quando necessário, relatório acerca da situação de acompanhamento de indivíduo ou família no âmbito da Proteção Básica ou da Proteção Especial, visando compor entendimento acerca da situação específica vivida por usuário e ou família, não sendo indicada a solicitação de original de cadastros, prontuários, fichas ou qualquer documento de registro de informações dos atendimentos e acompanhamentos realizados pelas equipes de referência do SUAS;
- III. Não solicitar, em face as responsabilidades cabíveis aos profissionais do SUAS, intervenções e procedimentos que extrapolam suas funções, a exemplo de vistorias, inspeções, pareceres e laudos técnicos, que são atribuições pertinentes aos profissionais que integram, ou deveriam integrar, equipes multiprofissionais de suporte aos órgãos de execução do MPPE, para as quais tais demandas podem ser encaminhadas;
- IV. Requisitar, especialmente nos casos que se caracterizam como processos de responsabilização ou investigação, que forem objeto de Ações Judiciais, o aporte das equipes multiprofissionais do Tribunal de Justiça, levando em conta notícia de implantação de equipes em cada circunscrição;
- V. Convidar e/ou notificar profissionais ou gestores da Política de Assistência Social para participação em audiências e ou reuniões de estudo de situações singulares, na qualidade de técnicos, e não de testemunhas, visando o diálogo interinstitucional e intervenção intersetorial, que se mostram

com maior potencial de eficiência diante das vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais.

Recife, 05 de julho de 2021.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Promotor de Justiça
Coordenador do CAOPIJ – MPPE

Gilberto Lucio da Silva
Analista Ministerial em Psicologia
CAOPIJ – MPPE

Maria Luzia Duarte Araújo
Analista Ministerial em Serviço Social
Equipe Interprofissional – Sede das Promotorias de Olinda/ MPPE

ANEXO I

Parte I – Pontos relevantes da estruturação do SUAS

Em complementação aos elementos desenvolvidos na Nota Técnica 01/2021 – CAO-IJ, são detalhados pontos relevantes para o favorecimento da estruturação e qualificação do SUAS, bem como exemplificados fluxos referentes a algumas possibilidades de atuação das Promotorias de Justiça competentes visando a estruturação, ampliação, qualificação e manutenção dos equipamentos, serviços, programas e ações do Sistema Único de Assistência Social.

Tabela 1 - Quadro com os principais instrumentos normatizadores da estruturação do SUAS

Instrumento normativo	Resumo do conteúdo
Constituição Federal Presidência da República, 1988.	Principal legislação brasileira define no artigo 203 a assistência social como política não contributiva dirigida à quem dela necessitar.
Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742/93 foi alterada pela Lei nº 12.435/11 que instituiu o Sistema Único de Saúde.	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
Plano Nacional de Assistência Social Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social.	Define os princípios, diretrizes, estrutura e gestão da assistência social, definindo o desenho previsto para implantação do Sistema Único de Assistência Social, em cumprimento à deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social.
Norma Operacional Básica. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social.	Disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
Norma Operacional Básica / RH. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006 do Conselho Nacional de Assistência Social.	Orienta a ação de gestores das três esferas de governo, trabalhadores e representantes das entidades de assistência social. Aborda a gestão do SUAS com vistas à prestação de serviços de qualidade para população.
Livro da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social. Reeditada em 2014.	Organiza os serviços socioassistenciais por níveis de complexidade do SUAS, compreendendo a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Tabela 2 – Previsão da estruturação do SUAS segundo classificação dos municípios.

Esta classificação tem o propósito de instituir o Sistema Único de Assistência Social, identificando as ações de proteção básica de atendimento que devem ser prestadas na totalidade dos municípios brasileiros e as ações de proteção social especial, de média e alta complexidade, que devem ser estruturadas pelos municípios de médio, grande porte e metrópoles:

Municípios de pequeno porte 1	População chega a 20.000 habitantes (até 5.000 famílias em média. Possuem forte presença de população em zona rural, correspondendo a 45% da população total. Na maioria das vezes, possuem como referência municípios de maior porte, pertencentes à mesma região em que estão localizados. Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com cofinanciamento das esferas estaduais e federal.
Municípios de pequeno porte 2	População varia de 20.001 a 50.000 habitantes (cerca de 5.000 a 10.000 famílias em média). Diferenciam-se dos “pequeno porte 1” especialmente no que se refere à concentração da população rural que corresponde a 30% da população total. Quanto às suas características relacionais mantêm-se as mesmas dos municípios pequenos 1
Municípios de médio porte	População está entre 50.001 a 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias). Mesmo ainda precisando contar com a referência de municípios de grande porte para questões de maior complexidade, já possuem mais autonomia na estruturação de sua economia, sediam algumas indústrias de transformação, além de contarem com maior oferta de comércio e serviços. A oferta de empregos formais, portanto, aumenta tanto no setor secundário como no de serviços. Esses municípios necessitam de uma rede mais ampla de serviços de assistência social, particularmente na rede de proteção social básica. Quanto à proteção especial, a realidade de tais municípios se assemelha à dos municípios de pequeno porte, no entanto, a probabilidade de ocorrerem demandas nessa área é maior, o que leva a se considerar a possibilidade de sediarem serviços próprios dessa natureza ou de referência regional, agregando municípios de pequeno porte no seu entorno.
Municípios de grande porte	População é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias). São os mais complexos na sua estruturação econômica, pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infra-estrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços das várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade).
Metrópoles	entende-se por metrópole os municípios com mais de 900.000 habitantes (atingindo uma média superior a 250.000 famílias cada). Para além das características dos grandes municípios, as metrópoles apresentam o agravante dos chamados territórios de fronteira, que significam zonas de limites que configuram a região metropolitana e normalmente com forte ausência de serviços do Estado.

Fonte: Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004)

Tabela 3 - Quadro com o resumo dos Níveis de Proteção, Unidades de Referência e Serviços disponibilizados no âmbito do SUAS

Nível de Proteção	Unidade de Referência	Serviços que devem ser disponibilizados
Proteção Social Básica	CRAS	1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Proteção Social Especial	Média Complexidade	CREAS	1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI). 2. Serviço Especializado em abordagem Social. 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (L.A.) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CREAS POP).
	Alta Complexidade	Unidades específicas de acolhimento institucional	6. Serviço de Acolhimento Institucional. <ul style="list-style-type: none"> • Abrigo institucional • Casa-Lar • Casa de Passagem • Residência Inclusiva 7. Serviço de Acolhimento em República. 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. 9. Serviço de proteção em situação de calamidade pública e de emergências.

Fonte: MDS. Livro das Tipificações dos Serviços Socioassistenciais (2014)

Tabela 4 – Informações referentes as principais unidades que são Porta de Entrada para os níveis de Proteção do SUAS

Principais equipamentos previstos no SUAS	Descrição geral da unidade		Principais demandas que podem ser referenciadas ao serviço.
CRAS Deve atender demanda espontânea e demanda encaminhada pela Rede. <u>Realiza ainda ação de busca ativa.</u>	Unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.	Em geral, está presente em todos os municípios, inclusive com mais de uma unidade implantada. O encaminhamento, quando necessário, deve ser ao CRAS do território de moradia do usuário.	- Situações de pobreza e pobreza extrema / Insegurança alimentar - Porta de entrada para requerer Benefício de Prestação Continuada – BPC. - Porta de entrada para requerer auxílio-funeral e auxílio-natalidade. - Desemprego. - Informações acerca das vulnerabilidades de determinado território. - Porta de entrada para inserção nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
CREAS	Unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou	Não está presente em todos os municípios. Quando não existir, as	- Necessidade de acompanhamento devido a

Deve atender demanda espontânea e demanda encaminhada pela Rede. <u>Realiza ainda ação de busca ativa.</u>	regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.	demandas devem ser referenciadas ao CRAS.	Situações de violência. - Situação de Violência doméstica. - Abuso sexual - Abandono familiar, - Vínculos familiares rompidos ou fortemente comprometidos, etc. - Acompanhamento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade quando definida judicialmente.
--	---	---	--

OBS.: As unidades de acolhimento institucional, Abrigo, Casa-Lar, República e Programa de Acolhimento familiar, se destinam a atenção de indivíduos e famílias que encontrem-se sem referência de moradia ou em situação de aplicação de medida de proteção de acolhimento institucional (crianças e adolescentes). Podem ser unidades municipais ou regionalizadas e possuem fluxos específicos que devem ser pactuados de forma a garantir o acesso, reconhecendo que a institucionalização deve ser o último recurso a ser utilizado.

Impacto da Pandemia pelo Coronavírus na prestação dos serviços do SUAS

O Processo de pandemia pelo Coronavírus implicou em alterações nos horários e estratégias de atendimento, as quais devem ser socializadas na Rede. Os serviços devem retornar aos padrões usuais de funcionamento tão logo seja possível, considerado a realidade de cada município.

A pandemia implicou ainda na necessidade de fiscalização acerca das condições de funcionamento dos serviços da Rede, inclusive os do SUAS, observando as estratégias adotadas para minimizar riscos de contágio, disponibilidade de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para as equipes, de modo que os serviços apresentem condições básicas de segurança sanitária para o atendimento da população e preservação da vida dos profissionais.

Sobre o encaminhamento de situações singulares e retorno de informações acerca do acompanhamento realizado.

Nas situações que forem evidenciadas situações pertinentes aos serviços disponíveis no município, pode e devem ser encaminhados, preferencialmente com ofício, solicitando a inserção nos respectivos acompanhamentos das unidades com a respectiva análise técnica

A Promotoria de Justiça, considerando a perspectiva da atuação em Rede, pode solicitar informações acerca do acompanhamento realizado, bem como estabelecer momento de diálogo interinstitucional a respeito de determinada situação, particularmente, as mais desafiadoras.

Parte 2 – Organogramas da Rede SUAS e fluxogramas pertinentes à interação entre as Promotorias de Justiça e o SUAS

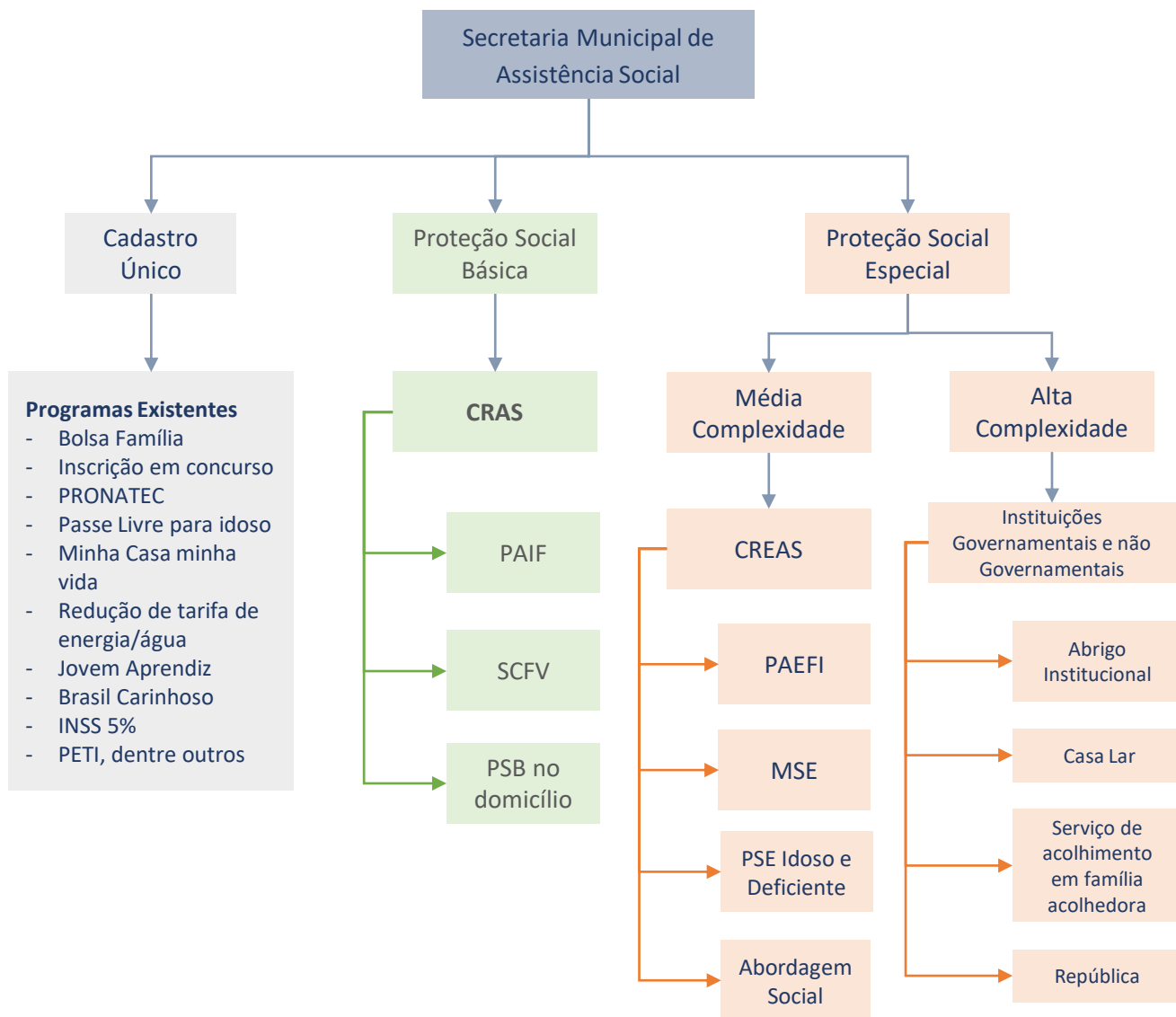
A seguir, disponibilizados organogramas elaborados pelas equipes do Capacita SUAS PE, responsáveis por prestar assessoria aos municípios para a estruturação do SUAS no território. Estão ligadas à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado.

- Configuração do SUAS previsto para os territórios;
- Configuração da Proteção Social Básica no Território;
- Configuração da Proteção Social Especial de Média Complexidade no Território;
- Procedimento padrão para conhecimento acerca da Rede do SUAS implantada no município;
- Procedimento padrão para verificação de efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social;
- Notícia de irregularidade em Serviço do SUAS;
- Encaminhamento de Situação singular (indivíduos e ou famílias) aos serviços do SUAS.

Fonte: Caderno CAPACITA SUAS – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude Governado Estado de Pernambuco.

Rede SUAS – Sistema Único de Assistência Social

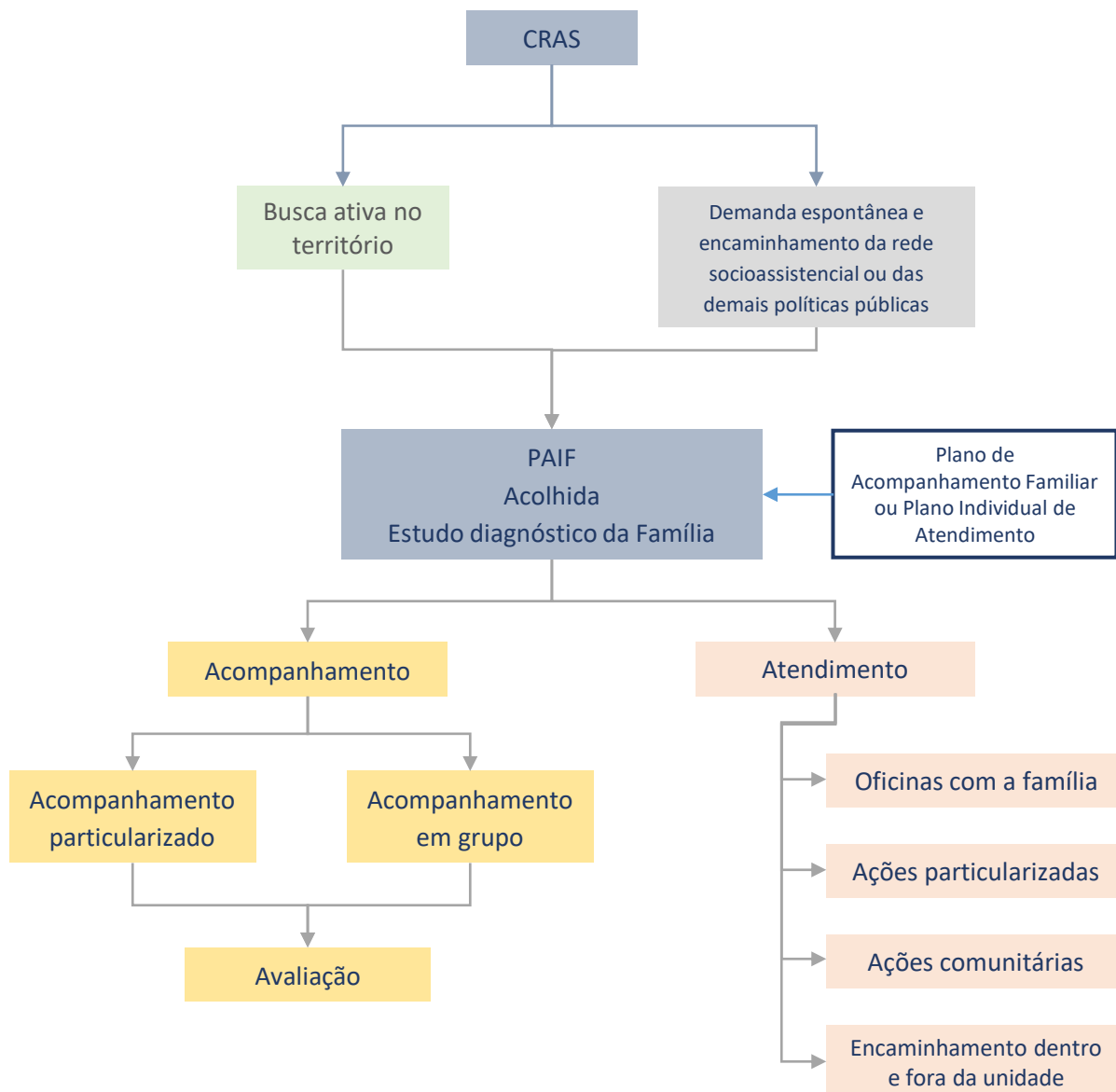
Configuração do SUAS previsto para os territórios

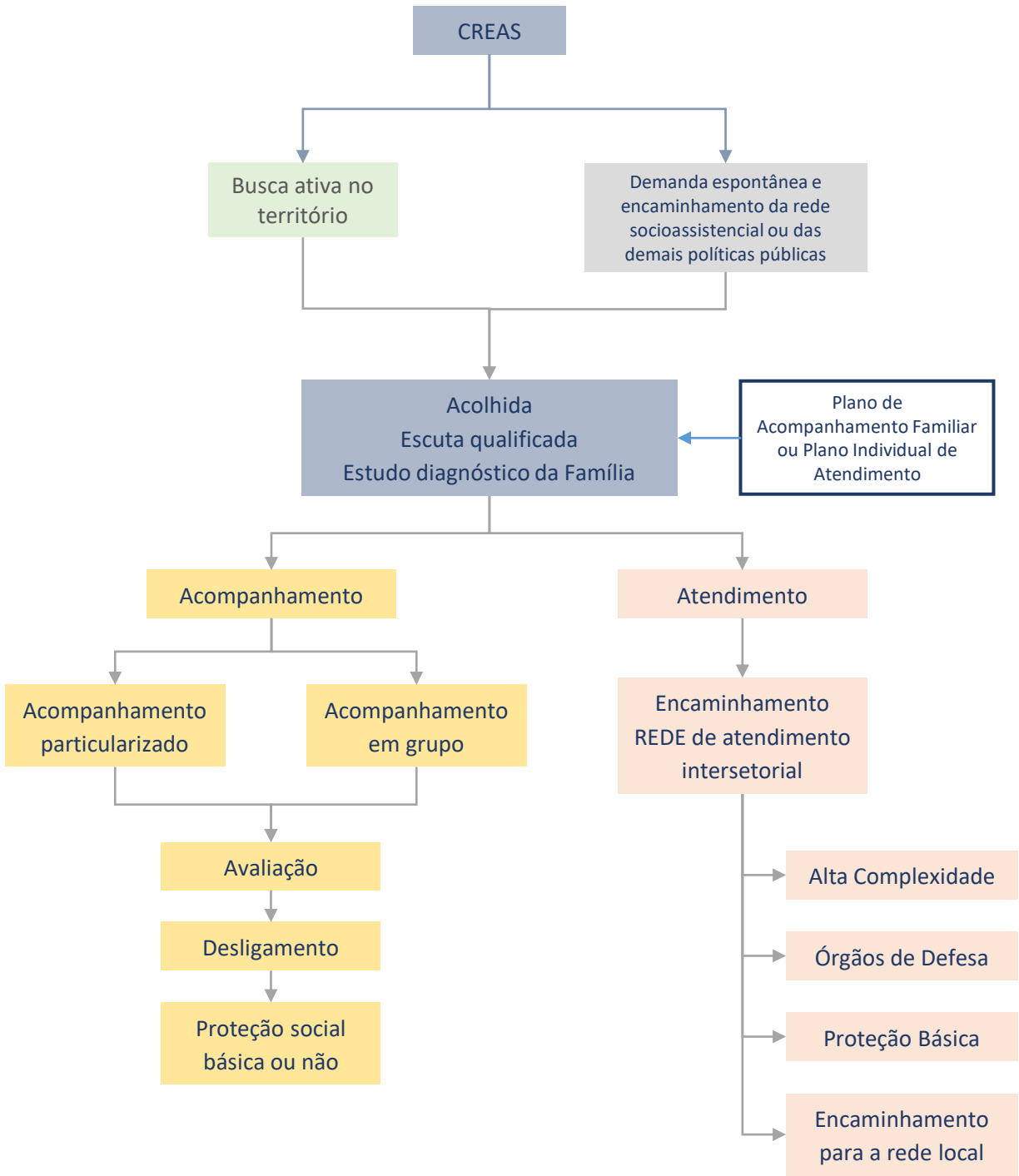


Fonte: Capacita SUAS – Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Governo do Estado de Pernambuco

Rede SUAS – Sistema Único de Assistência Social

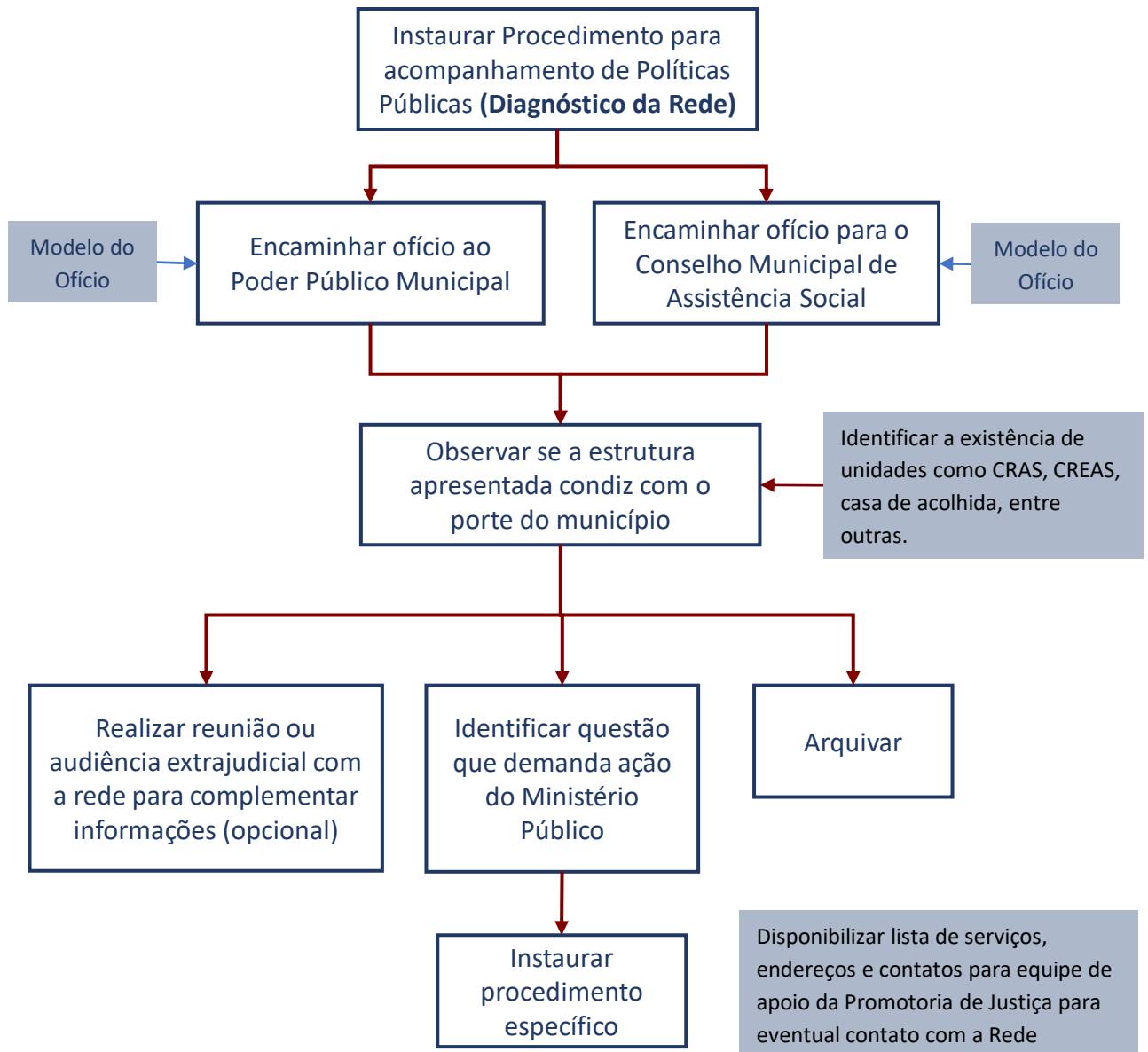
Configuração da Proteção Social Básica no Território





Rede SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Conhecimento da Rede implantada no Município

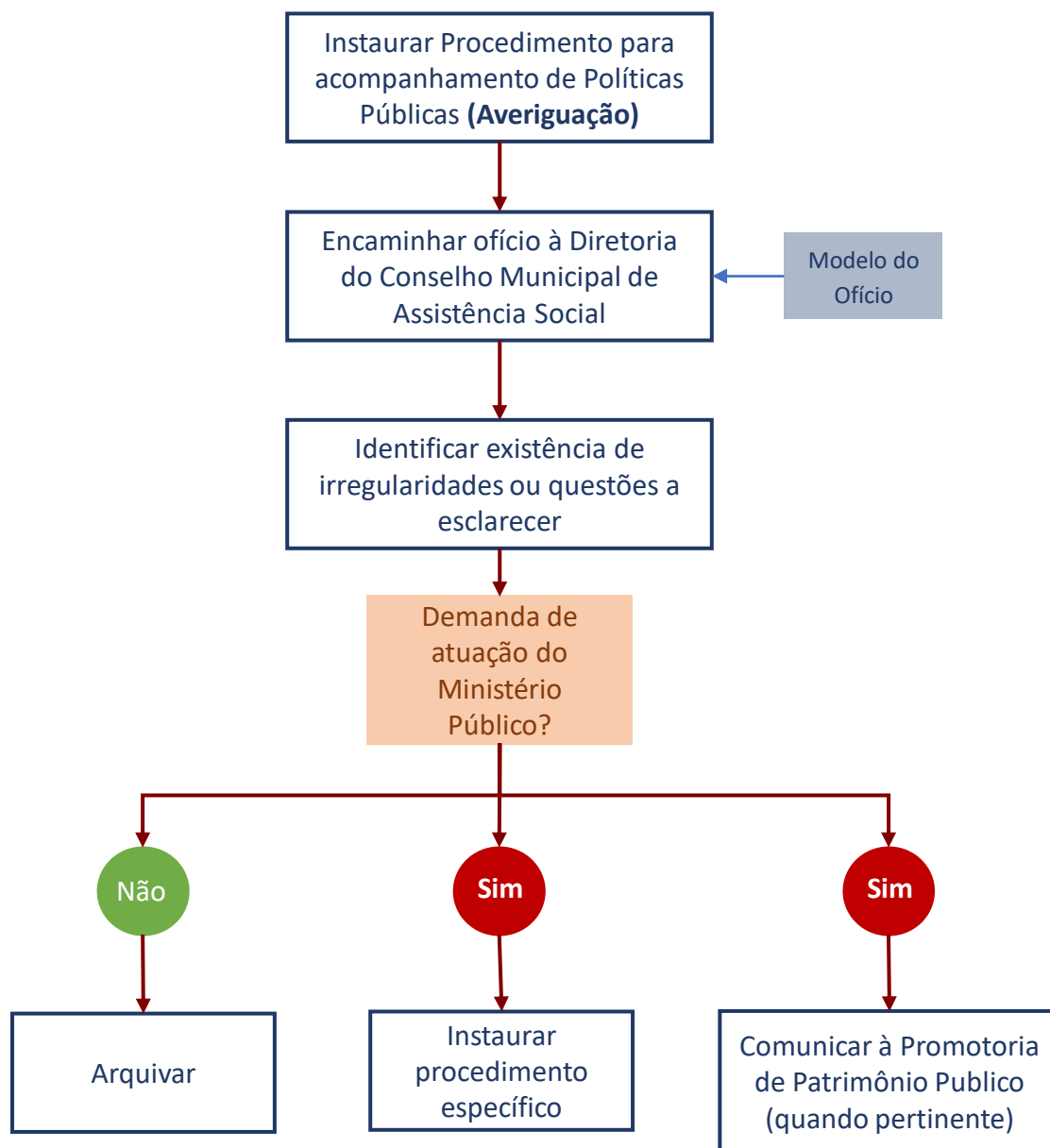


Outras providências possíveis:

- Solicitação de documentação complementar
- Arquivamento

Rede SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Verificação de efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social

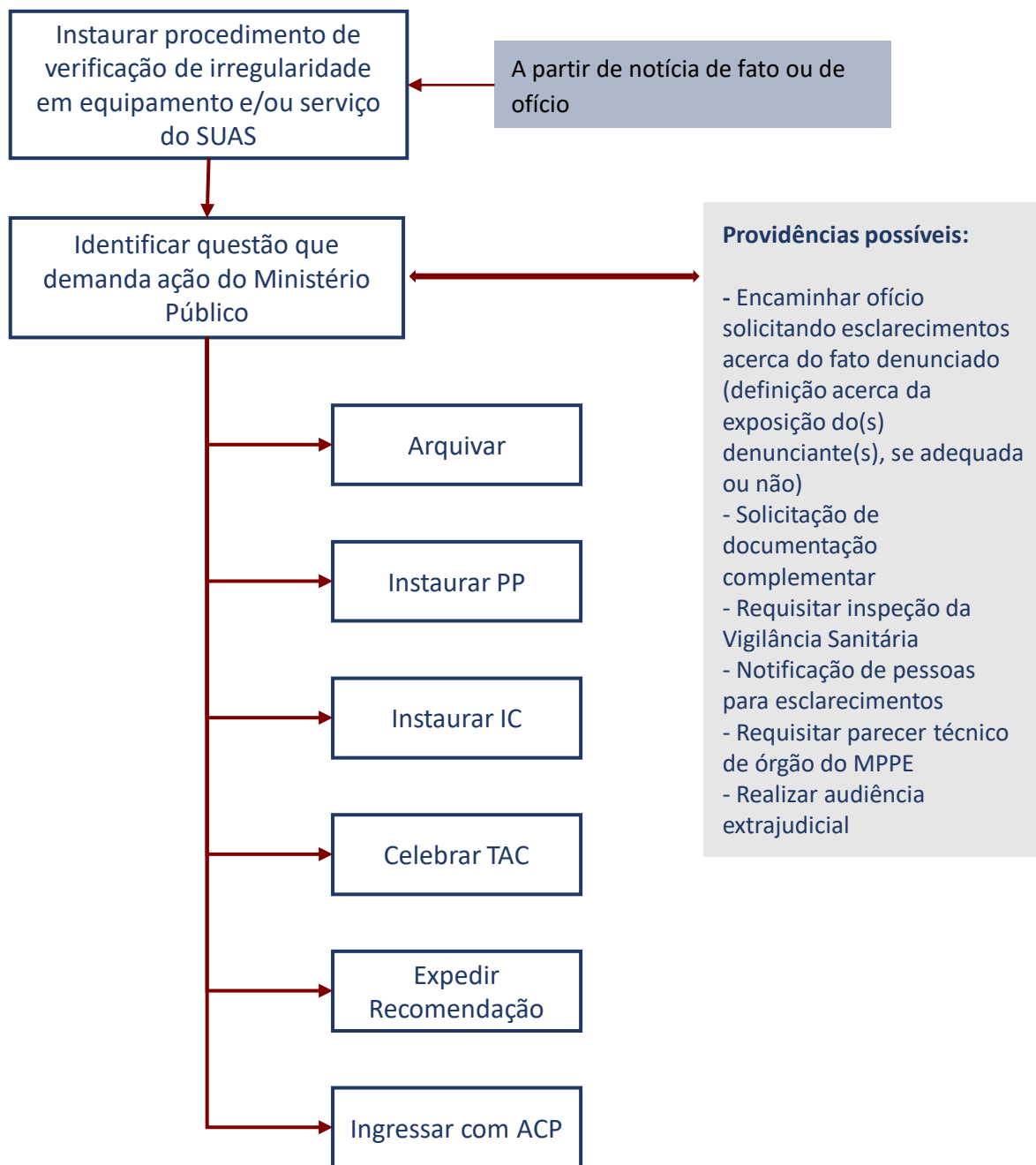


Outras providências **possíveis**:

- Solicitação de documentação complementar
- Realização de audiência extrajudicial com membros do Conselho de Direito (representantes do poder público e da sociedade civil para dialogar sobre a situação do SUAS no município, do Conselho e do FIA)
- Arquivamento

Rede SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Notícia de irregularidade em Serviço do SUAS



Rede SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Encaminhamento de Situação singular (indivíduos e ou famílias) aos serviços do SUAS

